

ACTA Nº. 7
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2006

Aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, na Vila de Borba e no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 21:00 h, em sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a autarquia

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 4 da sessão de 25 de Abril de 2006.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da acta nº 5 da sessão de 28 de Abril de 2006.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da acta nº 6 da sessão de 19 de Maio de 2006.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: 1ª Revisão ao Orçamento e PPI.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação das actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira

O Senhor Presidente da Assembleia : abriu a sessão e mandou realizar a chamada.

Verificou-se a presença dos seguintes membros: António José Moura Proença, Joaquim Maria Godinho Veiga, Manuel Rato Proença, Rui Sá, Ondina Giga, Maria João Lopes Cavaco, Vítor Guégués, Joaquim Manuel Ca Jerónimo João Pereira Cavaco, Rui Manuel Ganito Bacalhau, Augusto Manuel Bilro Guégués, Sérgio João I Gazimba, Norberto João Figueiras Alpalhão, Francisco José Ramalho Mendes, António Joaquim Moura Lopes Paulina Barradas, António José Lopes Anselmo, José António Carapeto Dias e António José Barroso Paixão.

Verificaram-se as ausências dos membros Mário de Deus (anexo 1), o qual foi substituído pelo Senhor Francisco Mendes, faltou ainda, o membro Carlos Cabral que foi substituído pelo Senhor Rui Sá, o qual prestou juramento (anexo 2); o Diogo Manuel Canhão Sapatinha (anexo 3) que foi substituído pela Senhora Ondina Giga, a qual prestou juramento. O Senhor Joaquim Manuel Grego Esteves (anexo 4) que foi substituído pela Senhora Paula Barradas, a qual prestou juramento. Os membros anteriormente referidos apresentaram justificação de falta.

Terminada a chamada a Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da sessão.

PONTO UM: Período de antes da Ordem do Dia:

PONTO UM PONTO UM: Leitura de expediente.

O Segundo Secretário (Jerónimo Cavaco) : Cumprimentou os presentes e informou que havia sido distribuído um documento, o qual explicado posteriormente à sua intervenção pelo Senhor Presidente da Assembleia. O Senhor Secretário realçou e fez questão de ler ao plenário uma carta que havia chegado ao Gabinete, que vinha da Associação Pró-Borba, a qual se prendia com um pedido (sugestão de um nome para o Cine-Teatro). No entanto, no entendimento da mesa e acordo com a Lei, explicou ao plenário que o pedido feito na referida carta é competência do executivo camarário.

O Senhor Presidente da Assembleia: Informou o plenário que havia chegado um fax vindo da ANMP, o qual pedia ao Presidente da Mesa que fosse enviado um parecer sobre o Protocolo do Estado. O Presidente da Assembleia, respondeu ao pedido da ANMP e, aproveitou para dar conhecimento a todos os membros daquilo que havia sido o seu parecer sobre o assunto.

O Membro Joaquim Cardoso: Pediu que lhe fosse facultada a informação da Associação anteriormente referida (Associação Pró-Borba), pois não sabia do que se falava, nem que estatuto tinha.

O Presidente da Assembleia Municipal: explicou ao membro Joaquim Cardoso, que também não tinha conhecimento profundo da referida Associação, como tal, limitava-se a informar o plenário do pedido que havia chegado, pois não tinha elementos para poder responder no que respeita aos estatutos da Associação e ao que a mesma se dedicava.

PONTO UM PONTO DOIS: Outros assuntos de interesse para a Autarquia.

O Presidente da Assembleia: Deu a palavra ao membro Sérgio Gazimba.

O Membro Sérgio Gazimba: Cumprimentou os presentes. Seguidamente, apresentou e leu uma moção (anexo 5) sobre o encerramento da escola do primeiro ciclo do ensino básico de Barro Branco.

O Membro António Paixão: perguntou ao Senhor Presidente da Assembleia, se seria o momento oportuno para que a

Assembleia formalizasse um voto de melhoras para o membro Mário de Deus.

O Presidente da Assembleia: respondeu que após a discussão e votação da moção que acabava de ser aprese dar-lhe-ia a palavra para expor o assunto.

O Presidente da Câmara: Cumprimentou os presentes. Seguidamente, informou que numa reunião de Câmara se havia elaborado e aprovado um documento, no qual manifestaram à Direcção Geral de Educação o descontentamento para com o encerramento da referida escola. Manifestou a sua discordância pessoal no encerramento da escola. E que a resposta que haviam recebido era de que o encerramento era mais ou menos transitório. No entanto, é sua opinião que por norma os encerramentos transitórios acabam por se tornar em definitivos. No entanto, sabia-se que o executivo tinha sido pressionado no sentido de recuperar o mesmo edifício como tal, é pretensão do executivo dar-lhe uso em actividades que estejam relacionadas com a educação. Também houve garantias de que até 2007 a escola não iria ser encerrada, o que realmente não aconteceu, daí acha desnecessário o dinheiro que se gastou na recuperação do edifício, pois, podia ter-se adiado essa recuperação. Mas com a devida recuperação conseguiu-se que mais duas salas fossem subsidiadas. Terminou a sua intervenção dizendo que lhe parece que o processo é irreversível e, que a escola irá mesmo encerrar, mas acha positivo Assembleia tente fazer chegar à Direcção Regional de Educação que estas atitudes não são a mais correctas.

O Membro Joaquim Cardoso: é seu entendimento, que o processo de encerramento das escolas é complexo, e que deve analisar com muita profundidade. A escola primária em todos os aglomerados populacionais é um espaço de amor, de afecto, de risos, de memórias, de aprendizagem e de capacitação, e de preparação para a vida desde o amor ao trabalho. Daí, lhe parecer um problema muito sério, pois em regiões como o Alentejo prevê-se metade da população nos próximos 25 anos. Como tal, é preciso repensar, se queremos em nome de critérios do défice, reduzir a meio a nossa população e, transformar o Alentejo num deserto, ou numa espécie de coisas ou pessoas em extinção. Por outro lado, tem-se preocupado com a questão de encerramento de escolas, onde em algumas há a existência de crianças com graves deficiências, que se mantêm nas mesmas com muitos critérios pedagógicos. E pergunta, como se integram estas crianças numa escola onde falta acompanhamento afectivo e qualificado? Porque é evidente que uma criança de 6 anos, que vem do Barro Branco, ou da Nora e que está habituada ao apoio da mãe que veja professor como uma segunda mãe. Como é que se integra num concelho onde falta esse suporte afectivo? Daí, que lhe parece que este tipo de encerramento seja uma grave perturbação para as crianças, para as famílias, desenvolvimento do interior cada vez mais condenado a critérios tão completamente exógenos. De modo que a CDU, mostra na moção o seu desagrado.

O Presidente da Assembleia: não havendo mais inscrições, submeteu a moção à votação, o qual foi aprovado por votos a favor e 15 abstenções.

O Membro Joaquim Cardoso: apresentou declaração de voto “ considerando que, ao apresentar a moção sobre o encerramento da escola do Barro Branco se pretende estimular nesta Assembleia o debate sobre questões fundamentais para o desenvolvimento da pessoa humana. Considerando que, as razões do encerramento correspondem a uma perspectiva humanista, antes se devem a critérios economicistas, cujos objectivos são a redução de custos fáceis e, que naturalmente poderão induzir à desertificação do interior e ao crescimento da alfabetização real. Considerando que o encerramento das escolas é um empobrecimento do interior e, com corresponde a um processo de inversão dos valores, os eleitos da CDU apresentam esta moção por solidariedade com a população de Barro Branco, por convicção que a cultura e a educação correspondem as opções concretas e humanistas e, porque entendem que o futuro com o encerramento deste e de outros são um sinal de estiolação futura das zonas interiores, contraditório com tudo o que se diz e faz na União Europeia e em Portugal”. Pediu ainda que a moção fosse enviada às diversas entidades.

O Presidente da Assembleia: disse ao membro Joaquim Cardoso, que embora não esteja escrito na moção que deve ser enviada para as diversas entidades, mesmo assim vai ter em atenção o seu pedido.

O Membro António Paixão: Leu e entregou um voto de congratulação (anexo 6).

O Presidente da Assembleia: disse que o voto de congratulação era com certeza o desejo de todos e, como tal, o fez chegar ao membro a que se destinava.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia: Referiu que não havendo público que quisesse intervir, se passaria ao período da ordem do dia.

PONTO TRÊS: Período da ordem do dia:

PONTO TRÊS PONTO UM: Análise conducente à aprovação da acta nº 4 da sessão de 25 de Abril de 2006.

O Membro Rui Bacalhau: disse que para si a acta não estava de acordo. Pois, quem esteve presente na Assembleia

do 25 de Abril, sabe que a ordem de intervenção está alterada. Pois, 1º discursou o membro Vítor Guégués, o 2º foi o membro Joaquim Cardoso, o 3º foi o membro Jerónimo Cavaco, o 4º foi o Presidente da Câmara e por fim Presidente da Assembleia. Aproveitou para dizer também que as actas têm algumas frases que desvirtuam por completo aquilo que é dito, falando na sua questão pessoal. Pois, afirma que na sua questão pessoal existem frases verbos ou adjectivos que desvirtuam por completo aquilo que se pretende dizer. Reafirmou aquilo que havia sido dito por um outro membro da bancada do partido socialista, no que respeita às actas voltarem ao modelo antigo, para que deixasse de haver dúvidas. Entende que é um trabalho muito duro que a Mesa faz, mas por vezes há frases nas quais se deve ter algum cuidado, mas que nas próximas actas faria algumas intervenções. Pois, existem alguns verbos e adjectivos que na sua opinião não são os mais adequados e, que não transmitem de uma forma clara e concisa aquilo que realmente se passou na Assembleia.

O Presidente da Assembleia: disse não compartilhar com a opinião do membro Rui Bacalhau. E pediu-lhe que relação à acta que estava em discussão, que apresentasse algo de concreto que se pudesse propor, para que se procedesse às alterações.

O Membro Rui Bacalhau: disse que era óbvio o que havia dito, mas com certeza o Sr. Presidente da Assembleia devia estar à procura da resposta.

O Presidente da Assembleia: disse não estar à procura de resposta nenhuma. Disse que o membro Rui Bacalhau tem toda a razão quando fala da ordem dos intervenientes.

O Membro Rui Bacalhau: repetiu a ordem dos intervenientes, pois achou que o Presidente não o ouviu e, como tal, era para ele anotar e, que também lhe pareceu que o Presidente tinha ficado equivocado.

O Presidente da Assembleia: respondeu que equivocado não havia ficado. O que realmente pensou era que o membro Rui Bacalhau tivesse algo em concreto, pois a parte dos intervenientes já todos haviam percebido. Não havia necessidade de se ter repetido. O que realmente queria saber era quais os verbos ou adjectivos mal colocados, no que dizia respeito à acta que estava em votação.

O Membro Rui Bacalhau: disse ser um diálogo de surdos. Pois, o que queria era reforçar o que havia sido dito por um outro membro da bancada do PS acerca das actas.

O Membro Joaquim Cardoso: disse que ao ouvir estas intervenções, tem a noção do que é óbvio. Ou seja, desconhecimento real do que é fazer uma acta. Pois, sempre defendeu o que está no artigo 28º do C.P.A e no 93º da Lei. Insistir em que actas sejam a transcrição do que cada um disse, corresponde ao não conhecimento de procedimentos fundamentais da transposição da oral para o escrito na língua portuguesa. Referiu que ajudou na transcrição da intervenção anterior, pois entende não ser possível a partir de uma gravação captar a chamada semântica oral. Qualquer outra postura é o não conhecer a linguística portuguesa. É de facto um desconhecimento, é de facto não se saber do que se está a falar. Adjectivos são uma coisa e verbos são outra. Quando algumas vezes criticou as actas foi por outras questões e não por estas. É seu entendimento que as actas devem obedecer ao artigo 93º da Lei.

O Membro Vítor Guégués: disse que tenderia a concordar com a intervenção do membro Rui Bacalhau. Mas, também é seu entendimento que aquilo que havia sido dito pelo membro Joaquim Cardoso era totalmente verdade. E a história diz-lhe que é muito difícil passar à letra todas as actas e, agradar a toda a gente. Então, sugeriu que a Mesa antecipadamente enviasse os textos aos membros e, que no final ainda assim discordassem, poderiam votar contra.

O Membro Jerónimo Cavaco: disse estar contente, pois era positivo ter conseguido que os membros tivessem lido as actas. Adiantou ainda, que existem erros, aquilo a que simpaticamente chama erros de “simpatia”, tais como troca de letras. No entanto, as actas pretendem acima de tudo não ser a transcrição total e global, mas sim, o resumo de tudo aquilo que se passou, contendo as ideias mais importantes ditas pelos deputados. Relativamente à proposta de Vítor Guégués, é precisamente isso que acontece, aquando se envia as actas antes da sessão. E, é isso que se faz quando se coloca a acta à discussão. Far-se-ão as correcções que sejam necessárias, já se fizeram várias. As actas tentam sempre ser a fiel reprodução daquilo que se passou, mas havendo dúvidas, a mesa voltará a ouvir as cassetes as vezes que forem precisas. O trabalho das actas é um trabalho gigantesco e, a mesa tenta sempre fazer o seu melhor. As correcções são para serem feitas e, é na altura da discussão que os deputados têm a oportunidade de as apresentar.

O Membro Joaquim Veiga: na sequência daquilo que havia dito na sessão anterior, reafirmou que por coerência com o passado, as actas deveriam ser como uma transcrição quase integral. Pois, não existindo um diário e, como gravações futuramente desaparecem, é correcto que as actas sejam exaustivas.

O Membro Vítor Guégués: disse ser só um preciosismo. Pois, entende que a acta não deve ser votada visto as alterações à posterior.

O Membro Jerónimo Cavaco: explicou ao membro Vítor Guégués que acta vai ser votada com as respectivas alterações já referidas e desde já assumidas pela Mesa.

O Presidente da Assembleia: não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação. O documento foi aprovado por maioria, com 16 votos a favor e 3 abstenções.

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da acta nº 5 da sessão de 28 de Abril de 2006.

O Membro Maria João Barroso Lopes Cavaco: cumprimentou os presentes. Reforçou os votos de rápidas melhoras ao membro Mário de Deus. Quanto às actas é a favor da forma como são feitas. Pois, devem constar as linhas condutoras para qualquer discussão e para o futuro. No entanto, na acta em discussão disse não saber que a rectificação devia fazer, pois já não se lembrava muito bem das palavras que havia proferido. Referiu a página 1 frisou já não se lembrar das palavras que usou, mas no entanto pensa não ter falado assim. Disse ainda ter li intervenção várias vezes e, não conseguiu identificar-se com a mesma. Disse não poder votar favoravelmente a acta com muita pena, pois não se revê na transcrição. Na sua opinião a transcrição não lhe fazia sentido e não tinha sentido aquilo que havia dito. Afirmou uma vez mais não se lembrar das palavras que havia proferido.

O Membro Vítor Guégués: pediu que fosse corrigido a página 21, no que respeitava a sua intervenção, pois encontrava-se um não a mais. Ou seja, proferiu que estátua dignificava a Vila, mas a erva que lá se encontra é que não dignificava nada.

O Presidente da Assembleia: referiu uma vez mais que embora seja solidário com as actas, prefere que sejam secretários a falar do assunto.

O Membro Jerónimo Cavaco: disse não se repetir, pois já havia falado sobre o assunto. Quanto à intervenção deputada Maria João, disse que se iria proceder a nova audição da gravação para se tirarem dúvidas. Quanto ao membro Vítor Guégués, far-se-á o mesmo e verificar-se-á se o não lá se encontra, ou não. Se ele estiver manter-se-á, se não estiver com certeza que será retirado.

O Presidente da Câmara: diz que na página 18, mesmo no final da sua intervenção, se encontra um não a menos e, que se rectificasse a estrada 504 para 508.4.

O Vereador Humberto: chamou a atenção para se corrigir a Direcção Geral de Educação para Direcção Regional de Educação.

O Membro António Anselmo: disse estar uma Assembleia Municipal a discutir coisas sem importância nenhuma para Borba. Aconselhou que se comprasse a nova gramática de língua portuguesa e, que se passasse a coisas realmente importantes.

O Presidente da Assembleia: informou ser sua obrigação ouvir todos os deputados e, ter em conta todas as rectificações apontadas pelos mesmos.

O Membro Maria João Barroso Lopes Cavaco: disse que não queria que a Assembleia corresse problemas jurídicos como tal, pedia a rectificação para que fosse colocado o seu nome conforme o bilhete de identidade.

O Presidente da Assembleia: não havendo mais inscrições, colocou o documento à votação. O documento foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor, 6 votos contra e 5 abstenções.

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da acta nº 6 da sessão de 19 de Maio de 2006.

O Secretário Jerónimo Cavaco: informou os deputados que por lapso na página 11 não havia sido posto o resultado

da votação, como tal, havia sido distribuído por todos a página mencionada, já com a respectiva alteração.

O Membro Maria João Barroso Lopes Cavaco: quis dar os parabéns à pessoa que tinha elaborado a acta em discussão, pois, na sua opinião era um documento que estava perfeito.

O Presidente da Assembleia: disse à deputada Maria João que a pessoa que redigiu a acta é a mesma pessoa transcreve todas. Seguidamente, perguntou ao deputado Rui Bacalhau, quais eram as suas discordâncias em relação à acta.

O Membro Rui Bacalhau: disse que na democracia ainda é permitido pedir a palavra, se não a pediu foi porque entendeu que não ia intervir.

O Presidente da Assembleia: disse que sendo uma pessoa de bom senso, não ia alimentar discussão. No entanto o deputado Rui Bacalhau tinha dito anteriormente que havia verbos e adjectivos mal colocados e, entendeu que seria a hora de expor essas mesmas incorrecções. Como o deputado Rui Bacalhau não apresentou nada, foi posto o documento à votação. O documento foi aprovado por maioria, com 9 votos a favor, 4 votos contra e 5 abstenções.

O Membro Joaquim Cardoso: apresentou um protesto “ não entende o porquê de numa votação se fazer de um maneira e na outra se fazer de outra forma. Lavrou o protesto e pediu que ficasse em acta”.

O Presidente da Assembleia: disse desconhecer que a mesa era obrigada a formular a votação sempre da mesma forma. Adiantou ainda, que também não conhece nada na Lei que fale sobre o assunto.

O Membro Sérgio Gazimba: apresentou e leu declaração de voto (anexo 7).

O Secretário Jerónimo Cavaco: referiu que não podia deixar passar em branco a acusação que acabava de ser feita pela bancada da CDU. Pois, as acusações diziam respeito a vícios e omissões e, já na última Assembleia tinha existido várias acusações ao executivo camarário. Não era sua intenção discutir a declaração de voto, mas não queria deixar passar e, expressar que as pessoas que estão na mesa da Assembleia são tão íntegras como as que estão na bancada. Adiantou ainda, que não o fez, não o faz e nunca fará aquilo que muita gente denomina de política baixa. E, aquilo que lê na declaração de voto é apenas uma falta de consideração pela mesa da Assembleia.

O Membro Joaquim Cardoso: apresentou um protesto: “ quando a CDU requer o áudio das gravações, é porque se está a pôr uma questão muito séria. E ao contrário do que o Dr. Jerónimo diz, não vou ser duro com ele, porque ainda tenho alguma consideração por ele. Se há dúvidas sobre isto, dão-nos os áudios, ouvimos as gravações e, vamos pedir a verificação aos órgãos competentes. Já se fez isso nesta casa, e pode se fazer se nós o entendermos”.

O Membro Sérgio Gazimba: disse não ver uma expressão que havia sido dirigida a um Vereador, daí querer gravação.

O Presidente da Assembleia: disse não ver importância nestes assuntos, nem fundamentos. No seu entendimento gasta-se tempo em coisas que não têm importância e, devia sim aproveitar-se esse mesmo tempo em coisas úteis.

O Membro Joaquim Veiga: pediu ao Senhor Presidente da Assembleia uma pequena interrupção de trabalhos, antes do encerramento do ponto.

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: 1ª Revisão ao Orçamento e PPI.

O Presidente da Assembleia: passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que desse uma explicação sobre o documento.

O Presidente da Câmara: disse ser uma revisão normal e pouco significativa. Relativamente ao orçamento, disse que foi introduzida ao nível de despesa a questão do IVA, porque em determinadas situações se paga IVA, como necessário introduzir ao nível da orgânica 01.02 - económica a questão do IVA pago. Depois, ao nível da orgânica 09, a introdução de rubricas confeccionadas e, teve que ver com o protocolo da Santa Casa da Misericórdia. E ao nível da receita, os juros compensatórios que foram resultantes das receitas de impostos que se recebeu das finanças. Quanto ao PPI, dado que estava tudo considerado no ano de 2006, nomeadamente o fórum transfronteiriço, o pavilhão de eventos e o parque de feiras passaram a constar também as verbas em 2007.

O Membro João Proença: perguntou ao senhor Presidente da Câmara que obras é que irão ser reforçadas na partilha viação rural. Quis saber também a que se refere um reforço de 250 mil euros, que se apresenta no apoio só

económico.

O Presidente da Câmara: disse perceber agora o porquê de o deputado João Proença nunca ter posto em pratica o PPI, pois na sua opinião o mesmo não sabe o que diz. Pois, as perguntas que o deputado lhe havia acabado de fazer era exactamente o que lhe havia explicado há momentos.

O Membro João Proença: disse não ter ficado completamente esclarecido. Pois, o que havia perguntado era se h algum esclarecimento adicional sobre as referidas verbas. Formulou a pergunta de o porquê de haver um reforço nestas duas rubricas em Junho. Frisou ainda, que o Senhor Presidente sabe o que sabe e, ele sabe o que sabe Terminou, aconselhando o Presidente da Câmara a ter mais moderação no que respeita ao tratamento com o deputados municipais e, que ficasse em acta a pergunta que fez.

O Presidente da Câmara: disse que ficasse em acta a resposta que lhe havia dado.

O Membro Joaquim Cardoso: apresentou um protesto: “ aquilo que cada vez é mais evidente na Assembleia intolerância do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Borba. O Senhor Presidente não aceita a critica, esclarece e, esquece uma coisa muito simples, é que no mandato da CDU não existia o POCAL. Quando alguém tem memória e conhece os problemas, responde, ou não responde, tem todo o direito de o não fazer. Agora, está deselegante e descortês que utiliza sempre, revela a ausência de estatura ética”.

O Presidente da Assembleia: disse não se estar em Assembleia para se tratarem de assuntos pessoais. Mas, sinceridade, não viu por onde possa o Senhor Presidente da Câmara ter sido menos elegante.

O Presidente da Câmara: disse que cada um entende as suas explicações como bem quiser. Apenas, explicou aquilo que é apresentado no documento pelos técnicos da Câmara. Se por acaso, alguém quisesse mais alguma explicação técnica, que o fizesse por escrito.

O Membro Vítor Guégués: quis justificar o seu voto contra o documento em questão. Pois, não tinha a ver com questões técnicas, mas sim, com consistência face ao voto inicial de aprovação, ou não do orçamento. Aquando desse voto e, de uma forma consistente foi suportado que o documento tinha algumas carências e também incorrecções técnicas. Não ia falar da actual alteração. Pois, acreditava que fizesse todo o sentido, mas não podia votar agora a favor, quando inicialmente o votou contra. Terminou, pedindo que fosse entendido o voto do PSD.

O Membro Rui Bacalhau: pediu ao executivo que lhe fizesse um esclarecimento, no que respeita ao orçamento existem duas rubricas, as quais gostava de saber o que são concretamente, nomeadamente na divisão 09 e, também na rubrica 08 aquisição de bens e serviços para instituições sem fins lucrativos.

O Presidente da Câmara: respondeu que a rubrica 08 aquisição de bens e serviços para instituições sem fins lucrativos, tem que ver com as refeições da Santa Casa da Misericórdia. Quanto à parte técnica, disse não poder responder, mas se fosse necessário ligar-se-ia à técnica para poder tirar todas as dúvidas.

O Vereador Humberto Ratado: disse que os encargos das instalações, devem prender-se com determinadas instalações, as quais já têm sistema de alarme. Mas, podia mais tarde dar a informação concreta e correcta.

O Vereador Joaquim Serra: disse não ter participado na reunião onde esteve presente a revisão orçamental. Mas acordo com o seu conhecimento das rubricas iria tentar explicar. Na verba da questão da viação rural é uma verba clara, pois serve para reforçar as variantes. Quer isto dizer, que a verba que estava em termos de PPI e orçamento não era suficiente para fazer face ao pagamento da obra, como tal, houve necessidade de fazer uma revisão para poder dotar a rubrica. Quanto à rubrica encargos de instalações, por norma o que é pago pela referida rubrica são as EDP'S. Quanto ao que havia sido dito pelo Vereador Humberto, sobre os alarmes não está correcto. Pois, existe uma rubrica própria para o efeito. Quanto às instituições sem fins lucrativos e, se estiver a ser cumprido de acordo com que está no POCAL, as verbas que estão cabimentadas e os saldos disponíveis não devem permitir que se assinem mais protocolos e, como tal há necessidade de reforçar.

O Membro António Anselmo: propôs ao Senhor Presidente da Câmara, que em sessões futuras e, quando houver discussões de ordem técnica que seria importante estar um técnico presente.

O Presidente da Câmara: disse que havia registado a sugestão do membro António Anselmo, mas que felizmente tinha tido explicação técnica do Vereador Serra.

O Membro Maria João Barroso Lopes Cavaco: em nome da bancada do PSD deu os parabéns ao vereador Serra Silva pelo esclarecimento prestado e, valorizado pelo facto de ser um vereador sem pelouros e estar na oposição.

O Membro Joaquim Cardoso: Lavrou um contra protesto “ que o Senhor Presidente da Câmara é deselegante é óbvio e, hoje revelou isso. Tecnicamente, o Senhor Presidente da Câmara não sabe, e é natural que não o saiba. Tinha e sido muito mais elegante e cortês dizer que tecnicamente não sabia responder. Pois, a forma com que V. Exa responde magoa e não faz sentido, V. Exa. tem o ónus institucional do cargo para que foi eleito, se esse ónus não for associado a cortesia necessária, então, está muito longe da estatura ética do voto que recebeu”.

O Presidente da Câmara: disse ao Deputado Joaquim Cardoso, que quem tem telhados de vidro não pode mandar pedras ao ar. E se, se falasse de deselegância, o deputado Joaquim Cardoso, em outros tempos já o havia sido e, muito. Assim como, mal criado, arrogante e prepotente. Voltou a referir que em termos técnicos não tem e, nem quer ter pretensões a sabê-lo. Terminou a sua intervenção dizendo que o que havia proferido na intervenção anterior ofendeu ninguém. Disse simplesmente que quem devia ter feito e aplicado o POCAL, devia ter sido a anterior Câmara, pois teve tempo e não o fez.

O Membro Joaquim Veiga: quis agradecer ao Senhor Presidente da Câmara pela sua paciência para determinados tipos de conversa. Depois, quis recordar que estavam ali para discutir assuntos para Borba e, quanto aos documentos em discussão ele próprio sabe o que são instituições sem fins lucrativos, o que são materiais de limpeza e higiene e que tudo isto são verbas insignificantes e comuns em qualquer empresa. Por fim, quis lembrar ao Senhor Presidente da Câmara que se não for apresentando estes pequenos erros, para a próxima vez ainda consegue mais votos.

O Membro Vítor Guégués: quis manifestar uma vez mais a sua estranheza e tristeza, pelo facto de se estar mais um vez a discutir coisas que nada tem de essencial para a vida de quem neles votou.

O Presidente da Assembleia: disse estar de acordo com o membro Vítor Guégués e, como tal, pedia que os deputados votassem para se saber se os mesmos estavam de acordo, em que o membro Joaquim Cardoso fizesse novo contra protesto. Como não houve manifestação nesse sentido, o documento foi colocado à votação, tendo mesmo sido aprovado por maioria, com 13 votos a favor e 6 votos contra.

O Membro Joaquim Cardoso: apresentou declaração de voto “ A CDU apreciou objectivamente este documento e, em princípio teria considerado a probabilidade de se abster. A ausência de respostas qualificadas, a acrimónia esclarecer os verdadeiros problemas do concelho e comportamentos que não são próprios do regime democrático conduziram a CDU a votar contra”.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Apreciação das actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira

O Senhor Presidente da Câmara: embora os documentos tivessem sido distribuídos por todos os membros, fez questão de dar algumas explicações e informações adicionais. Em termos financeiros a execução até Maio de 2001 verifica-se que ao nível do total da receita existe uma taxa de execução de 10.42%, ao nível da despesa 10.46% em termos de execução até Maio, com orçamento até Maio verifica-se que o nível da receita é de 25.02%, o nível da despesa 25.10%. Relativamente às capacidades de endividamento, o limite de endividamento está segundo informação técnica em 103.852.59 Euros. Quanto à informação financeira, existem processados e não pagos até Maio 3.495.584.70 euros, empréstimos a médio e longo prazo 3.353.345.48 euros, o empréstimo do IFT 71.826 euros, empréstimo a curto prazo de 200 mil euros e, que se pode ir ainda até 349 mil e, ainda leasings que valem prestações anteriores a 2001 de 5.430.98 euros. No que se refere às actividades do município, salientou a reunião com serviços de registo e notariado, tendo em vista a mudança para as novas instalações. O desenvolvimento de várias reuniões, tendo em vista a criação da Associação Municípios da Zona dos Mármore, incluindo Bort Alandroal, Estremoz e Sousel. Salientou também a aprovação de seis milhões e oitocentos mil euros na unidade gestora do eixo dois e, que tem que ver com todas as variantes. A aprovação da segunda fase do Palacete dos Mellos e, a última edição da festa da Vinha e do Vinho. Uma reunião que houve com a ADRAL. Quanto ao nível dos planos

dizer que PDM neste momento já foi enviado à DGOTDU. O Plano de Pormenor do Alto dos Bacos está concluído. O Plano pormenor da Zona Norte da Vila foi enviado a CCRA a proposta final. O PIER aguarda-se parecer final da CCDRA. Planos de urbanização de Rio de Moinhos e Orada estão em fase de elaboração. Têm questões com algum esforço, pois em sua opinião são fundamentais para a Vila de Borba.

O Vereador Artur Pombeiro: cumprimentou os presentes. Informou que as suas actividades estavam transcritas em documento, como tal, estaria na disponibilidade de responder às questões que lhe fossem colocadas.

O Presidente da Câmara: informou que a ETAR de Borba irá entrar brevemente em funcionamento. Neste momento, já decorrem os trabalhos de acesso da instalação da conduta que vai ligar o Barro Branco e a Talisca à futura ETAR de Rio de Moinhos. Quanto à ETAR de Rio de Moinhos, irá ser assinada uma carta de compromisso entre o Município de Borba, o Ministério do Ambiente, o Ministério da Agricultura, a Câmara Municipal de Borba, as Águas do Centro Alentejo e a Associação Aqua D'ossa no sentido de que seja feito um estudo sobre o que efectivamente está a ser lançado. Porque, quando se chegou à conclusão e, se optou por avançar com a construção da ETAR, concluiu-se que quer o nível de inquéritos feitos às queijarias, quer com a análise feita com os dejectos que estão a ser lançados na Ribeira de Borba nada fazia sentido.

O Vereador Humberto Ratado: relativamente às suas acções, salientou o caso para a eleição da Região de Turismo de Évora. Pois, no seu entendimento não decorreu dentro da normalidade. A Câmara de Borba era apoiante de uma lista, e optou por não votar, para não se compactuar com as inúmeras irregularidades que estavam a ser cometidas no acto.

O Membro Vítor Guégués: referiu que neste momento a capacidade de endividamento da autarquia o preocupava bastante, pois, aproxima-se o Verão e, existem muitas empresas na região que estão dependentes do pagamento à Câmara Municipal de Borba. O endividamento aos fornecedores de momento é de três milhões de euros, e a capacidade adicional de endividamento é de cem mil euros. O que na sua opinião é alarmante. Mas, isto reforça aquilo que defendeu na aprovação das contas, em que há necessidade de tomar medidas concretas por parte da Câmara para reorganizar o seu passivo e, que de alguma forma consiga arranjar formas de se auto financiar. Quanto à capacidade de execução da Câmara Municipal, que ao fim de cinco meses passados tem 25% de execução face ao total orçamentado para o ano 2006. É sua opinião que se tem que evoluir para uma situação completamente diferente. Relativamente às obras públicas, questionou o Senhor Presidente da Câmara, pois, efectivamente concluiu-se a obra da entrada da Vila (quem vem de Vila Viçosa); como a obra levou alguns meses a ser terminada, e dado que havia lá estabelecimentos comerciais e pessoas que dependiam dos seus postos de trabalho, e da receita que era gerada naquela zona, perguntou se houve compensações para os comerciantes relativamente ao atraso da obra? Perguntou também qual foi o valor da referida obra e, por fim, referiu-se ao boletim municipal, à publicação do mesmo do cartão do idoso e do jovem munícipe, pois quis saber qual a adesão dos mesmos.

O Membro António Paixão: referiu a sua preocupação, no que respeita à ausência de actividades na Freguesia de Rio de Moinhos. Expressou à Assembleia Municipal e ao Executivo Camarário o desejo de ver um acompanhamento diferente em relação à ETAR de Rio de Moinhos. Disse saber que ao longo dos últimos anos muito se tem feito para a construção da mesma, mas agora chegou-se à conclusão que não estava bem. Daí, pedir outro tipo de acompanhamento. Outra preocupação da população de Rio de Moinhos e também sua, é o facto de não se poder vender lotes de terreno em Rio de Moinhos e, a população está a tornar-se envelhecida. Em seu entendimento, é dever da Câmara criar estruturas para que se possam instalar jovens na freguesia de Rio de Moinhos. Quanto à criação do desenvolvimento do concelho, não deixa de estar satisfeito com o que se tem feito, mas entende que se pode fazer muito mais.

O Membro Sérgio Gazimba: a última vez que havia questionado o executivo camarário no que respeita à obra do mercado, havia-lhe sido dito que a mesma estava parada devido a um erro de cálculo da cobertura por parte da empresa responsável. Perguntou ao executivo se agora essa empresa vai ser responsabilizada pelos custos acrescidos que a referida obra vai ter. Em relação ao loteamento do forno da Orada, diz ter visto há dias fazer-se o levantamento da calçada o que muito o espantou. Em relação às finanças, diz ter ouvido dizer que existiam

problemas devido ao elevado preço que paga, como tal, pediu que lhe fosse esclarecida esta situação.

O Membro Rui Bacalhau: congratulou-se pelo facto de após duas horas da Assembleia ter tido início, se começava a falar de problemas que diziam respeito a Borba. Seguidamente, agradeceu ao Vereador Humberto o esclarecimento que havia prestado sobre o acto eleitoral na Região Turismo de Évora. No entanto, pediu um esclarecimento adicional em relação ao mesmo assunto para acabar com algumas dúvidas. Referiu ainda, que tinha ouvido comentário sobre o Presidente da Associação Nacional de Municípios, pois, em plena Assembleia, o Senhor havia tido um desabafo menos ponderado: “corram-nos à pedrada”. Em seu entendimento, é um servidor do Estado, com tal, não o devia ter feito, nem tão pouco falar assim dos colegas, também servidores do estado. Acha que nunca se deve pensar que se sabe tudo, que se tem a razão sempre do nosso lado e, acima de tudo se deve ser humilde. Com vem muitos fins de semanas a Borba, diz ouvir muito pelos cafés aos técnicos e fiscais da autarquia que sabem tudo e, muitas das vezes nem competência têm para o ser. Adiantou que humildade fica bem a toda gente, o respeito próximo fica bem a toda a gente e, atitudes como as do Sr. Fernando Ruas devem ser condenadas.

O Membro João Proença: perguntou se as reuniões realizadas com o responsável do Centro de Saúde, se nele vislumbra alguma possibilidade da continuidade da obra do novo Centro de Saúde. Pediu também ao Senhor Presidente da Câmara se podia facultar e informar sobre o valor de três milhões quatrocentos e noventa e cinco mil euros nos encargos processados e não pagos, pois, nesse valor global haveria valores em dívida que se vão ver existem outros já vencidos e, que estarão com pagamento em atraso. É seu entendimento que esta informação ajudará numa reflexão. Também pediu que lhe fosse facultado a relação das obras candidatas e, os níveis de execução que cada uma tem, pelo menos até à realização da próxima sessão.

O Membro Vítor Guégués: fez um desafio ao membro Rui Bacalhau, no que respeita à sua intervenção interior, pois, no seu entender era uma mensagem para alguém, e que não foi entendida por todos. Deixando de lado o Sr. Presidente da Associação de Municípios, ficou no ar uma dúvida existencial sobre as conversas dos cafés que existem na Vila.

O Membro António Dias: quis deixar em nome do executivo da Junta de Freguesia de Orada, uma palavra de agradecimento pela forma como decorreu a 4ª Feira das Ervas Alimentares.

O Presidente da Câmara Municipal: começou por explicar ao membro Vítor Guégués, que empresas que exclusivamente dependentes da Câmara Municipal de Borba são poucas ou nenhuma e, daí, reafirmar que tem alguma preocupação com as pequenas empresas. Quanto à questão dos 25% de execução, é óbvio que tem que ver com os pagamentos e, naturalmente que há muito mais que os 25%. Em relação à obra da entrada da Vila de levantou-se uma questão, a Avenida Luís de Camões tinha um esgoto muito superficial que se entupia com frequência, o futuro parque desportivo (incluindo as piscinas) não tinha esgoto, nem águas pluviais. Optou-se então pelo escoamento das águas pluviais ao longo daquele troço até perto do BPN. E, que pelo meio se encontraram 3 ou 4 bancos de pedra e, portanto teve que se cortar os mesmos para permitir a passagem dessas infra-estruturas e, entretanto levam-nos a gastar mais dinheiro e mais tempo. Quanto às indemnizações referidas pelo membro Vítor Guégués, disse não haver lugar para as mesmas, pois levar-nos-ia a pensar nas obras do Porto, de Albufeira, etc. Com certeza que os clientes nesses espaços comerciais possam ter diminuído, mas, não por falta de acessibilidade aos mesmos. Em relação ao valor da obra, adiantou não poder responder no momento, mas, informaria posteriormente. É seu entendimento, que mais vale as obras serem mais morosas e ficarem bem feitas, do que serem rápidas e não se servir bem a população. Quanto à adesão dos cartões, disse ser uma boa adesão, pois serão requeridos, quanto melhores condições existirem. Quanto ao Membro António Paixão, disse ter o mesmo assistido às reuniões realizadas. Como tal, não pode concordar com uma ETAR de custos de 400 ou 500 mil contos para fechar pouco tempo depois. Disse que sempre defendeu a construção da ETAR de Rio de Moinhos, mas não pode deixar que se passasse o mesmo que em Borba. Quanto aos lotes de terreno, explicou que se tem que acudir primeiro aos que têm apoio de fundos comunitários, pois tem prazos para cumprir, mas o de Rio de Moinhos está em arranque. Quanto à intervenção do Membro Sérgio Gazimba, disse não ter dito erro de cálculo. O que disse foi que no caderno de encargos faltava a estrutura da cobertura. No entanto, foi feito um concurso específico para a

resolução da questão. Mas, temos um problema complicado e, que temos jogado com o tempo, o facto contrariamente àquilo que a CDU dizia, quando o PS estava na oposição e, que dizia que o PS entravava os projectos, então, perguntou quem os entrava agora? Infelizmente, na sua opinião quem manda são sempre os mesmos e, por norma mandam mais os técnicos que os políticos. Quanto ao loteamento do forno de Orada, adiante que foi feito um concurso e, o mesmo ocorreu ao mesmo tempo que estava a ser feito o calcetamento, mas, isto ocorreu apenas em 20 ou 30 metros onde já se havia iniciado a obra. Em relação às finanças, adiantou não saber nada sobre esse boato. A única coisa que sabe é que se fala num balcão único. Quanto à questão do acto eleitoral Região de Turismo, referiu que seria o Vereador Humberto a explicar, pois não valia a pena entrar nestas peripécias. Quanto à questão do Centro de Saúde, disse que as informações que dispunha eram que foi pedido ao C.A. Administração há 2 semanas a autorização para o lançamento da estrutura. Quanto aos processados e não pagos, e as obras candidatas, pode-se fazer chegar posteriormente.

O Membro Vítor Guégués: afirmou ter uma certa simpatia pelo Sr. Presidente da Câmara. No entanto, quis mencionar que o PSD tem uma vez mais uma postura construtiva e, gostava de ter respostas concretas, nomeadamente ao número de adesões dos cartões. Relativamente às indemnizações, afirmou não estar a falar delas mas sim, de compensações. Qualquer pessoa que é prejudicada na sua vida profissional por uma obra, pode legalmente exigir compensações por perda de negócio. Nem que seja uma pintura da fachada, pois quando for na praça com certeza que isso vai ser pedido. As grandes obras, como as do Porto tem rubricas específicas que e previstas compensações, garantia por danos causados, porque é natural. Relativamente ao controlo de custos da obra, preferia que lhe fosse dito que a Câmara quando entrou numa obra daquelas possivelmente devia ter feito sondagens, precaver os verdadeiros custos da obra. Relativamente à estruturação da dívida, mais uma vez não lhe foi respondido quais as medidas para diminuir o endividamento actual da Câmara. É sua opinião que deve haver jogo limpo, porque somos todos a pagar aquele troço de estrada. O Senhor Presidente não sabe quanto custou, mas a resposta dev planeada atempadamente.

O Membro António Paixão: disse partilhar da opinião do Senhor Presidente da Câmara, no que respeita ao gas dinheiro em projectos assentes em premissas que não são verdadeiras. Relativamente ao loteamento reforçou o pedido para que o avanço seja rápido.

O Membro Joaquim Cardoso: disse que gostaria de saber quais as medidas no plano revisto estão inscrita acessibilidade, mobilidade que é hoje um traço de modernidade em toda a Europa. Inclusivamente, o Partido Socialista tem o chamado Plano Nacional Promoção da Acessibilidades, o qual ainda não está aprovado. Pois, próprio cada vez tem mais dificuldade em andar em Borba. Quanto às informações que lhe são pedidas pelo F Europeu e Comissão Europeia, infelizmente as que vai ter que dar são praticamente zero. Pediu que o Vereador Joaquim Serra que falasse sobre o endividamento da Câmara, pois há pouco já se tinham verificado insuficiências técnicas na informação. E, quem acabou por fazer o esclarecimento foi exactamente o Vereador Joaquim Serra, afinal nem tem pelouros. Disse também, que pelos cafés tem ouvido a questão da dívida aos fornecedores, no entanto, disse ser uma área que conhece mal. Como tal, pediu que fosse dado um esclarecimento pelo Vereador Joaquim Serra.

O Vereador Joaquim Serra: agradeceu ao deputado Joaquim Cardoso a possibilidade de poder intervir. A primeira nota que fez foi dizer que achou o deputado Vítor Guégués muito benevolente na intervenção anterior, quando conseguiu ver uma execução de 25% quando a mesma é de 10%. (troca de diálogo, imperceptível).

O Membro Jerónimo Cavaco: pediu aos deputados o favor de não estabelecerem diálogo, para depois não haver confusões relativamente à acta.

O Vereador Joaquim Serra: disse não ser novidade nenhuma, que tem havido por parte do actual executivo e por parte do PS uma grande ginástica em termos de tesouraria. Pois, em sua opinião deve haver diariamente uma chuva de telefonemas para saberem quando podem receber as facturas em atraso. Quando se fala de 3 milhões e quinhentos mil euros em encargos processados e não pagos, isto fala-se certamente daqueles que já estão vencidos, porque entre o tempo que a factura entra e o seu processamento, praticamente vencem todos, pois o processamento não é

imediatamente. Referiu que tem que haver por parte do executivo actual um tomar de medidas, pois o valor é elevado. Se se tiver em conta que foram feitos um conjunto de adjudicações para as quais a Câmara tem que ter a sua contrapartida e, isso pode ver-se pelas variantes, pois, mesmo que os fundos comunitários participem de imediato em datas previamente determinadas com a Câmara, mas mesmo assim, a Câmara tem que preparar um quantia elevada de verbas. Verbas que neste momento são escassas. A capacidade de endividamento não é tão boa como o deputado Vítor Guégués a viu, é um bocado mais elevada. Não tem dúvidas que a Câmara tem que tomar medidas sobre a situação financeira sob pena de ela ser catastrófica no final do ano. Pois, a referida dívida é toda a curto prazo e, quando as empresas resolvem cobrar o dinheiro, a Câmara tem que arranjar dinheiro para pagar, porque se não pagar a bem, pagará em Tribunal. Existe uma capacidade de endividamento, que no seu entender devia ser utilizada o quanto antes. Pegar na listagem de encargos processados e não pagos e, varrer todos aqueles que sejam mais antigos. Pois, o executivo actual uma das primeiras decisões que tomou no início do seu mandato, foi contratar um empréstimo para pagamento a fornecedores. Existe agora praticamente disponível uma verba com o mesmo montante, que também pode ser utilizada com o mesmo fim. E, fez este desafio ao executivo, pois, prefere que a dívida se transforme numa dívida a longo prazo do que se mantenha em encargos processados e não pagos. Quanto à versão da Região de Turismo, diz que o Presidencialismo não é só do Presidente da RTE, se calhar também do Presidente da Câmara Municipal de Évora. O que ali existe é uma situação jurídica, a qual terá que ser os Tribunais a decidi-la. Pois, houve um parecer da DGAL, mas também existem outros pareceres. A RTE tem uma legislação própria e nessa legislação, diz que os representantes da Câmara têm que ser indicados pela Câmara e, não pelo Presidente da Câmara. Existe uma grande confusão em muitos Presidentes que confundem o Órgão Câmara Municipal com a figura do Presidente e, o Presidente da Câmara de Évora valeu-se do parecer da DGAL, em que diz que o Presidente representa a Câmara em juízo e fora dele, mas não é nos organismos que têm uma legislação própria. Pois, nada obriga que seja o Presidente da Câmara o representante e, isto é o que diz a Lei.

O Presidente da Câmara Municipal: em relação às medidas do plano para acessibilidade, disse que já haviam tomadas algumas medidas, como, as escolas, o Jardim Municipal, os acessos públicos passarem para o rés-do-chão do edifício logo que possível. Mas, deu a sua concordância no que respeita ao civismo. Afirmou já haver algumas medidas tomadas, não afirma serem suficientes, mas diz que se fará o que for possível. Quanto à questão da execução, espera continuar com taxas dessa natureza e, que em futuras eleições ganhe mais um vereador, com a semelhança do que aconteceu no último acto eleitoral. Quanto à questão do endividamento, há um acréscimo de 30 mil euros em 4 anos e meio de mandato, o que não o leva a ver o mal por aí. Para terminar, referiu a questão da RTE. Pois, não houve a indignação do Senhor Presidente da Câmara de Alandroal, ou outro qualquer como houve do Senhor Presidente da Câmara de Évora. Informou ainda que oito dias antes, o Senhor Presidente da Câmara de Évora havia sido convocado para uma reunião, o que provava que o Presidente da RTE o reconhecia como tal.

O Presidente da Assembleia Municipal: pediu ao deputado Joaquim Cardoso que fosse breve na sua intervenção tendo em atenção a hora.

O Membro Joaquim Cardoso: disse não fazer sentido o reparo do Presidente da Assembleia Municipal, visto não o ter feito a mais ninguém. Por isso mesmo, lavrou mais um protesto. Terminou a sua intervenção, pedindo ao Presidente da Câmara que lhe facultasse por escrito a questão das acessibilidades e ofereceu-se para ajudar na questão. Deixou a informação, que há uma directiva europeia e uma norma no quadro que todos os projectos europeus que forem arguidos por inacessibilidade podem não ser financiados.

O Presidente da Câmara Municipal: disse que por lapso ainda não tinha informado que no Salão Nobre se encontrava exposta uma tela, que corresponde a um conjunto de cerca de 20 unidades que se encontravam abandonadas no sótão da autarquia. Terminou dizendo, que as restantes estão a ser restauradas e, contribuem para enriquecer o património.

O Presidente da Assembleia Municipal: explicou ao membro Joaquim Cardoso que não se tratava de fazer diferenças de tratamento. A questão era somente que quando o deputado pediu a palavra já passava da meia-noite e, como tal, era decisão do plenário se a sessão tinha continuidade, ou não.

O Vereador Humberto Ratado: voltou à questão da RTE, pois entendeu necessário explicar que quando o Vereador Serra se referiu a Presidencialismo, que era importante transpor a questão para o Presidencialismo do Presidente RTE, poder autêntico e absoluto. Em seu entender, quem é o Presidente da RTE para não deixar votar um Presidente de Câmara que fundou a mesma. Possivelmente o melhor será dar tempo ao tempo e ver-se o resultado de tal acto.

O Membro Joaquim Cardoso: disse não conhecer a questão da RTE, mas para quem olhar a legislação a (mencionando as leis) entende duas coisas fundamentais: se houver concurso de legislação diversa e, se efectivamente esse concurso corresponder a necessidade de designação. O Senhor Presidente é uma representação para aqueles actos que a lei não explicita a sua necessidade. Pois, diz a lei que as deliberações são efectivas quando são publicitadas e constam de actas e minutas, quando não o são, são nulas.

O Membro Vítor Guégués: fez um voto de indignação à situação de se estar numa Assembleia Municipal há quatro horas e só se falar de Borba por dez minutos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: informou que não havendo mais assuntos a tratar, se iria ler (em voz alta) e votar a minuta do ponto da ordem do dia, a qual foi aprovada por unanimidade. Após, encerrou a sessão.

ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Justificação de falta do membro Mário de Deus

Anexo 2 – Justificação de falta do membro Carlos Cabral

Anexo 3 – Justificação de falta do membro Diogo Sapatinha

Anexo 4 – Justificação de falta do membro Joaquim Grego Esteves

Anexo 5 – Moção apresentada pelos eleitos da CDU

Anexo 6 – Voto de congratulação

Anexo 7 – Declaração de voto apresentada pelos eleitos da CDU